

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA AGRICULTURA BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Edilene de Jesus Santos¹

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar os reflexos do padrão de reprodução do capital e da especialização produtiva no contexto de uma economia globalizada e periférica, na qual situa-se a economia brasileira, bem como as repercussões para a agricultura. A análise desenvolveu-se a partir do conceito de Padrão de Reprodução de Capital e Especialização produtiva definido por Osório (2012). A partir da década de 1980 diante das transformações no âmbito do comércio internacional pode-se inferir que as relações comerciais e econômicas propiciaram o surgimento de um novo padrão produtivo na América Latina que tem como instrumento fundamental a comercialização e destinação crescente de recursos, sobretudo, de mercadorias para os mercados mundiais. O padrão atual de reprodução do capital, portanto, aprofunda a subordinação da América Latina ao mercado mundial e estabelece as exportações de *commodities* como eixo dinâmico econômico, que reescreve, em novas bases, as velhas estruturas de dependência.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Agricultura. Especialização Produtiva.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the reflexes of the reproduction pattern of capital and productive specialization in the context of a globalized and peripheral economy, in which the Brazilian economy is located, as well as the repercussions for agriculture. The analysis was developed from the concept of Pattern of Capital Reproduction and Productive Specialization defined by Osório (2012). From the 1980s onwards, in the face of changes in the scope of international trade, it can be inferred that commercial and economic relations led to the emergence of a new productive pattern in Latin America, which has as a fundamental instrument the commercialization and increasing allocation of resources, above all, of goods to world markets. The current pattern of capital reproduction, therefore, deepens Latin America's subordination to the world market and establishes commodity exports as a dynamic economic axis, which rewrites, on new bases, the old dependency structures.

Keywords: Development. Agriculture. Productive Specialization.

¹Docente da Faculdade de Tecnologia e Ciências da Bahia-FATEC-BA; Doutora em Economia pela Universidade Federal da Bahia-UFBA; edileneeconomia@yahoo.com.br.

APOIO



As discussões e debates relacionados ao futuro das sociedades sejam no campo político, social, econômico e ambiental, quase sempre passam pela compreensão de que muitos dos problemas atuais decorrem em parte do avanço do capitalismo pós- Revolução Industrial e sua posterior dinâmica de transformação. Essas mudanças foram intensificadas a partir da globalização que propiciou avanços suficientes para integrar diferentes partes do planeta e alterar os sistemas de produção e relações campo-cidade.

A grande demanda por grãos no mercado internacional, sobretudo de países asiáticos, tem causado alterações profundas nas relações econômicas e de produção entre países, principalmente naqueles de industrialização tardia. Nesse contexto, tal dinâmica tem favorecido o saldo da balança comercial brasileira que segue expandindo a produção de bens destinados à exportação, pela elevação dos preços das principais *commodities* no mercado internacional e crescente participação na pauta do comércio exterior (FAOSTAT, 2020; CONAB, 2020; SISCOMEX, 2020).

De acordo com Osório (2012) a partir da década de 1980 diante das transformações no âmbito do comércio internacional pode-se inferir que as relações comerciais e econômicas propiciaram o surgimento de um novo padrão produtivo na América Latina. Esse novo padrão exportador tem como instrumento fundamental a comercialização, sobretudo, de mercadorias para os mercados mundiais e aliado a isso, a destinação crescente de recursos para os principais centros de reprodução de capital.

Na medida em que o referido Padrão de Reprodução do Capital-PRC está calcado na produção em *plantation*, ou seja, grosso modo na produção e exportação de *commodities* agrícolas, como a soja e o milho, bem como de que tal processo se consubstancia sobejamente a partir de técnicas produtivas bastante agressivas ao ecossistema² e, neste, também à força de trabalho, o que encontramos na verdade, é um processo de valorização do capital que, em resposta às necessidades de acumulação de economias do centro do sistema capitalista, cria o que se tem

² O ecossistema é definido por ODUM (1969) como a unidade de organização biológica composta por todos os organismos em uma dada área (isto é, comunidade). Eles interagem com o meio físico de forma que o fluxo de energia leva a uma estrutura trófica característica e ciclos materiais dentro do sistema (ODUM, 1969, p. 164).

chamado de economias de enclave³ a partir de ilhas de prosperidade inseridas em mares de pobreza, com pouco ou nenhum transbordamento.

O objetivo deste artigo é analisar os reflexos do padrão de reprodução do capital e da especialização produtiva no contexto de uma economia caracterizada como globalizada e periférica, na qual situa-se a economia brasileira, bem como os repercussões para a agricultura.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: a primeira seção aborda o conceito e surgimento do Padrão de Reprodução do Capital definido a partir de Osório (2012). Em seguida, serão apresentadas as condicionantes do padrão exportador de especialização produtiva e as transformações na agricultura brasileira. E, por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2 PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL: ABORDAGEM TEÓRICA

O conceito de Padrão de Reprodução do Capital-PRC foi inicialmente mencionado por Marini (1982) e aprofundado por Osório (2012) com a finalidade de realizar mediação entre as leis gerais do capitalismo e a dinâmica concreta da reprodução do capital – com a incorporação de mais determinações histórico-sociais para além daquelas necessárias à caracterização do capitalismo em geral (OSÓRIO, 2012).

A noção de *padrão de reprodução do capital* segundo Osório (2012) vem preencher uma lacuna teórica ao constituir-se numa categoria de mediação que possibilita o trânsito entre diferentes níveis de análise, particularmente entre o conceito de *sistema mundial capitalista* (mais abstrato) e o de *formação econômico-social* (mais concreto) (OSÓRIO, 2012).

Ao considerar que as mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho promovem formas diversas de reprodução do capital em diferentes momentos históricos, Osório (2012) sistematiza um método que torna possível historicizar e diferenciar estes padrões de reprodução, compreendendo as

³ Economias de enclave são economias estabelecidas em um espaço periférico que tem seu funcionamento vinculado ao capital e tecnologia exógenos, atraídos mediante vantagens competitivas (principalmente incentivos fiscais, disponibilidades de terras, mão de obra barata), em que os lucros retornam aos donos do capital residentes em países diferentes daquele no qual a atividade está sendo desenvolvida.

condições que tornam possível sua ascensão e declínio, bem como os momentos de transição entre um antigo padrão e um novo.

A partir desta compreensão, o capitalismo como sistema mundial estrutura-se de forma heterogênea, de maneira que no Brasil, se apresenta caracterizado como um “subimperialismo dependente” no qual prevalece a premissa da transferência de valor para as economias imperialistas centrais (OSÓRIO, 2012). A definição e a noção do Padrão de Reprodução do Capital, portanto,

Surge para dar conta da forma como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que esses processos geram (OSÓRIO, 2012, p.40-41).

Em períodos distintos as mudanças na reprodução do capital no centro dominante provocam modificações nos processos de reprodução do capital nas regiões periféricas dependentes, bem como, articula e dá origem a uma nova divisão internacional do trabalho. E essas mudanças que estabelecem uma nova divisão do trabalho acabam por influenciar os governos dos países, ao passo que definem a trajetória do ambiente de produção interno a partir do ambiente externo. As transformações ocorrem, portanto, devido ao fato de que as economias encontram-se interrelacionadas e integradas mundialmente (MARINI, 2012; OSÓRIO, 2012; LUCE, 2014).

A partir da compreensão do ciclo de reprodução do capital e como este ciclo se estabeleceu na América Latina, Osório (2012) buscou evidenciar elementos que caracterizavam o padrão de reprodução do ciclo do capital, com início nas primeiras décadas do século XX até os dias atuais. Conforme exposto no conceito do PRC, o capital se reproduz de modo e formas distintas de acordo com o contexto histórico do período. Desse modo, a noção do Padrão de Reprodução do Capital na América Latina é apresentada conforme o quadro 1, a seguir:

Quadro 1- Padrão de Reprodução do Capital na América Latina.

PROMOÇÃO



APOIO



Padrão de Reprodução dominante	Período que Abrange
a) Padrão agromineiro exportador	Até a segunda década do século XX
b) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930
c) Padrão Industrial	Segunda metade dos anos 1930
<i>Etapa internalizada e autônoma</i>	<i>Até os anos 1940</i>
<i>Etapa de integração ao capital estrangeiro</i>	<i>Desde os anos 1950</i>
d) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980
e) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente.

Fonte: (OSÓRIO, 2012, p.78).

Conforme exposto no quadro 1, a partir do conceito de padrão de reprodução do capital, Osório (2012) identificou na história da América Latina três padrões, que se sucederam ao longo do tempo: o Padrão Agromineiro Exportador (até a segunda década do século XX), o Padrão Industrial (a partir da segunda metade dos anos 1930 até meados dos anos 1970) e, atualmente, o Padrão Exportador de Especialização Produtiva (de meados dos anos 1980 até o presente). Todos eles fazem parte do movimento mais geral do sistema capitalista mundial, que redefine a divisão internacional, bem como o lugar e o sentido dos países dependentes a partir da nova divisão internacional do trabalho.

O padrão agromineiro exportador na percepção de Osório (2012) correspondeu ao padrão que vigorou na América Latina até a segunda década do século XX. E esse período, no que concerne à economia brasileira e ao setor agrário, é caracterizado pela participação importante das exportações de produtos agrícolas, sobretudo de café. A dinâmica de produção interna encontrava-se voltada para atender as necessidades do mercado internacional, pois até então, o mercado interno era incipiente e dependente das transações efetivadas com o mercado externo.

O período iniciado em 1930 com duração até metade década de 1960 representou o processo de transição no Brasil, de uma economia essencialmente agrária para a fase de industrialização através da substituição de importações, na qual o Estado criou medidas e ações que propiciaram a gestação econômica de um maior padrão de industrialização.

O Estado brasileiro passou a ser o eixo indutor do desenvolvimento em que o setor público se tornou quase parte da extensão do setor privado, inaugurando nova fase na economia, na qual a agricultura deixou de ser o setor dinâmico (TAVARES, 1972; FURTADO, 1964). A indústria se tornou o centro das atenções e a agricultura deixou de ser o principal foco das políticas de incentivo. Essa mudança de atuação

por parte do governo, explica em parte, a quase inexistência de políticas voltadas para o setor agrícola neste período.

A respeito do período exposto acima, o mesmo representou um período de trinta e cinco anos em que as políticas de intervenção no setor rural foram atreladas ao atendimento das necessidades dos principais produtos agrícolas destinados à exportação, como o café, o álcool, o açúcar e os grãos. As políticas estavam vinculadas aos produtos visando atender as necessidades individuais de modo que, não abrangia os demais produtos e o setor agrícola como um todo.

Com o rápido desenvolvimento das tecnologias agropecuárias, através da Revolução Verde, nos anos de 1960 muitos países em desenvolvimento, com base em recomendações do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD e do Banco Mundial, desenvolveram políticas de crédito rural subsidiadas que durariam até o final da década de 80. Esse novo modelo teve o Estado como indutor do desenvolvimento e com a industrialização da agricultura regida essencialmente para atender as necessidades de acumulação de capital subordinada ao setor urbano-industrial.

Esse processo, no Brasil, foi resultado de transformações e da transição ocorridos na divisão internacional do trabalho nos países da América Latina, no qual de acordo com Osório (2012), parte-se do pressuposto que o padrão de industrialização da América Latina nos anos de 1940 e 1970 necessitava de políticas econômicas condizentes ao momento histórico: protecionismo, intervenção Estatal nos investimentos, políticas salariais que incorporassem a massa de trabalhadores e ampliação do comércio interno, etc (OSÓRIO, 2012).

A partir desta ótica, o desenvolvimento capitalista no Brasil pautou-se no modelo de industrialização adotado pelos países desenvolvidos após a revolução industrial, embora na condição de uma “economia dependente”⁴ ou periférica. Contudo, a introdução do modelo industrializante de forma indireta contribuiu para o aprofundamento das desigualdades regionais, sobretudo, no que se refere à distribuição de renda, riqueza, desigualdade social, problemas derivados da urbanização acelerada sem planejamento, bem como de concentração de capital.

⁴ Costuma-se entender como economia periférica aquele país, ou região, que apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas contas-correntes (fragilidade financeira), baixa capacidade de resistência diante de choques externos (vulnerabilidade externa) e altas concentrações de renda e riqueza (CARCANHOLO, 2008).



A criação do Estatuto da Terra em 1964 representou um grande salto para a implantação de políticas e ações governamentais no meio rural na década de 1960. A despeito da implementação do estatuto da Terra em 1964 definir e caracterizar a atuação da política agrícola, a intervenção do estado no meio rural brasileiro já ocorria desde o final do século XIX. Infere-se, portanto, que as políticas agrícolas surgem como manifestações da lei determinando ao Estado para criar condições adequadas para o desenvolvimento da atividade agrícola.

No que concerne à implementação das políticas agrícolas, Coelho (2001) apresenta algumas razões econômicas que podem induzir os governos a atuarem nos mercados agropecuários por meio das políticas agrícolas, entre elas, a melhoria na alocação de recursos, a redução na flutuação na renda e a garantia de segurança alimentar.

De acordo com Delgado (2012) a articulação do Estado, através do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, em 1965, direcionou as políticas agrícolas dos institutos criados no período e propiciou o fomento da produtividade e da inserção capitalista no setor agrícola. O financiamento agrícola público encontrava-se subordinado à política de crédito agrícola controlada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural -SNCR, para suprimento de recursos financeiros, para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural.

A agricultura através das ações do Estado passa a integrar conforme aduz Graziano da Silva (1981) “o novo circuito produtivo liderado pela indústria de insumos e processamento de matéria-prima e gerando condições infra-estruturais necessárias à expansão setorial” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 26). Para tanto, seriam imprescindíveis as transformações no meio rural, a fim de que o setor pudesse servir de fornecedor de mão de obra para atender a demanda industrial, ao passo que produziria alimentos mais baratos à população urbana, adquirindo máquinas, equipamentos e insumos industriais destinados à agricultura e para o aumento da produtividade.

O crédito rural na visão de Comin (1986) representou um elemento fundamental para a produção agrícola atrelado ao processo no qual “o capital bancário assumiu proporções cada vez maiores no processo produtivo agrícola, afetando não só a lógica de apropriação da riqueza e do excedente, mas mais que isto, alterando as condições



de sua produção e circulação” (COMIN, 1986, p.26). E, além disso, através desse mecanismo a política de crédito rural alavancou uma verdadeira revolução tecnológica no agrário brasileiro. A década de 1960 não só representou o período áureo da industrialização brasileira como também marcou um período de modernização e transformação no setor agrário.

3 O PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA BRASILEIRA

Conforme apresentado na seção 2, o período de 1965 a 1980 foi palco de transformações na agricultura brasileira através do processo de modernização e da atuação do Estado por meio de políticas agrícolas. No que tange às políticas implementadas e seus instrumentos, a criação do crédito rural ganhou papel de destaque e representou um dos principais ou senão, o principal instrumento utilizado para a viabilização do projeto de modernização do setor. Isto posto, Delgado (2012) salienta que “a agricultura brasileira completou, entre 1965 e 1981, um ciclo de modernização técnica e crescimento, sem mudança na estrutura agrária” (DELGADO, 2012, p.78). Desse modo, a partir da década de 1980 com a estagnação da economia brasileira como consequência do ajustamento da crise de endividamento, a agricultura desenvolveu papel importante no âmbito das políticas macroeconômicas do país no período.

De acordo com Osório (2012) dista do final da década de 1960 a grande transformação econômica sofrida pela América Latina em função da crise do sistema capitalista. Tal transformação chamada de mundialização culminou no surgimento da nova divisão internacional do trabalho e na rearticulação da economia mundial. Nesse ínterim, foi finalizado o projeto de industrialização das economias latino-americanas e deu início a um novo padrão exportador de reprodução do capital, denominado de especialização produtiva (OSÓRIO, 2012).

Esse novo padrão caracterizado como exportador de especialização produtiva tem como instrumento fundamental a venda de mercadorias (via exportação) nos mercados mundiais e que se torna o fator que viabiliza a esfera da reprodução. Aliado a isso, os principais mercados da nova reprodução desse capital possuem seus

PROMOÇÃO



APOIO



setores mais dinâmicos no exterior. Em decorrência disso, houve o aumento das exportações de produtos primários e de baixo valor agregado por parte dos países da América Latina.

A partir da década de 1960, a expansão do agronegócio na América Latina se caracterizou pela concentração de capitais multinacionais, principalmente no setor de maquinário, insumos químicos e processamento de alimentos. De acordo com a perspectiva das empresas vinculadas ao agronegócio, uma das funções deste modelo agrícola seria ampliar mercados para setores financeiros e industriais, além de possibilitar excedente de trabalhadores e de alimentos a baixo custo para a indústria (GRAZIANO DA SILVA, 1981; ROMEIRO, 2005; DELGADO, 2012).

A situação de dependência tecnológica encontra-se atrelada a reprodução de um modelo que aprofunda a desigualdade com o mercado externo, pois a produção comercial em grande escala de *commodities* agrícolas, demanda não só equipamentos e maquinários com tecnologia oriunda de outros países, como absorve todo o pacote tecnológico destinado para a produção. O fortalecimento de relações comerciais dessa magnitude, que torna cada vez mais difícil romper com a dependência com o exterior e desenvolver uma produção agrícola mais autônoma. Portanto, Delgado (2012) salienta que “além de ser ainda fraca a utilização de recursos do setor industrial na agricultura dos primeiros quinze anos do pós-guerra, importava-se a quase totalidade dos chamados insumos modernos” (DELGADO, 2012, p.16).

O novo padrão exportador de especialização produtiva marcou o fim do padrão industrial que prevaleceu na América Latina entre a década de 1940 e meados da década de 1970. O novo padrão exportador proporcionou destruição e enfraquecimento das indústrias ou reposicionamento do projeto de industrialização que passou a ser chamado de desindustrialização⁵. Osório (2012) aponta nove eixos principais que caracterizam e definem o novo padrão de especialização produtiva, como descrito no quadro 2:

Quadro 2- Padrão Exportador de Especialização Produtiva.

Padrão Exportador de Especialização Produtiva
a) regresso a produções seletivas (bens secundários e/ou primários);
b) realocação de segmentos produtivos;
c) novas organizações da produção/toyotismo;

⁵ A desindustrialização de acordo com Romaswamy (1999) refere-se a um processo de redução contínua do emprego industrial no total de empregos de um determinado país.

- | |
|--|
| d) flexibilidade laboral e precariedade; |
| e) economias voltadas para a exportação; |
| f) drásticas reduções e segmentação do mercado interno |
| g) fortes polarizações sociais; |
| h) aumento da exploração e da superexploração; |
| i) níveis elevados de pobreza e indigência. |

Fonte: Elaboração da autora adaptado de OSÓRIO (2012).

De acordo com o quadro 2, pode-se destacar dois eixos principais de mudanças; no primeiro, o setor relacionado a organização da produção e estratégias de produção e mercado. O segundo está relacionado a mudança na esfera social caracterizado pela pobreza social, aumento da exploração do trabalho e dos níveis de pobreza e indigência. Tais consequências na esfera social ressaltam os vieses negativos desse novo padrão e o impacto social como consequência da dependência e vulnerabilidade dos países periféricos.

Apesar desses elementos comuns, Osório (2012) destaca que é necessário observar como o padrão de especialização produtiva se desenvolve nas diversas formações econômico-sociais, em especial suas repercussões na estrutura de classes e no Estado, admitindo, portanto, “diferenças ‘nacionais’ dentro de um mesmo padrão de reprodução do capital” (OSÓRIO, 2012, p. 80).

O “novo” padrão exportador diferencia-se particularmente, do padrão que o antecedeu devido ao maior grau de elaboração dos bens exportados e apresenta semelhanças a partir do fato de que os bens agromineiros passaram a possuir uma participação significativa no total das exportações, bem como, os bens secundários de produção local, chamada de maquiladoras (OSÓRIO, 2012). Essa característica do novo padrão exportador de especialização produtiva na América Latina é observada através do intensificado processo de subordinação do setor industrial, quando não, à nova dinâmica, ou até mesmo, em alguns casos, a própria destruição do parque industrial da região, transformado, em grande medida, em simples linhas de montagem, configurando o processo então chamado de desindustrialização.

O processo de desindustrialização é entendido e caracterizado por Oreiro e Feijó (2010) como “um fenômeno que tem impacto negativo sobre o potencial de crescimento de longo-prazo, pois reduz a geração de retornos crescentes, diminui o ritmo de progresso técnico e aumenta a restrição externa ao crescimento” (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p.224). O modelo estabelecido na região possui a característica de que as economias destinam importantes parcelas de sua produção para o mercado externo.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O processo é sustentado com a elevação da produtividade e da intensidade com a contrapartida da manutenção e o aumento do poder de consumo da população assalariada. O problema emerge da tentativa de sustentar a capacidade de consumo dada a uma queda dos salários e do consumo dos trabalhadores do mercado interno, haja vista a tendência à ampliação da exploração e deterioração geral das condições de vida (OSÓRIO, 2012).

Osório (2012) chama atenção para o fato de que o avanço vertiginoso das exportações latino-americanas, que caracteriza o novo padrão de reprodução, não se reflete em melhorias para a grande maioria da população da região, mas ao contrário, é crescente o nível de precarização das condições de vida e de trabalho na América Latina. Em outras palavras, o aumento da degradação das condições laborais e de vida da classe trabalhadora é resultado do pleno amadurecimento do capitalismo dependente latino-americano.

Em um contexto de mundialização hegemônica pelo capital financeiro, o novo padrão de reprodução do capital na América Latina expressa os interesses desta fração das classes dominantes, bem como a redução do poder da fração burguesa associada ao capital industrial. Superadas apenas pela China, que é o carro-chefe da expansão exportadora no mundo, as exportações latino-americanas cresceram em ritmo constante e acima da média mundial, em uma taxa bem superior a média dos países centrais.

O capital estrangeiro é o principal agente de reestruturação da economia das regiões dependentes no mundo, a partir dos 1990. Segundo Osório (2012), o investimento externo direto (IED) nessas regiões saltou de 14,9%, em 1990, para 37,8% do total mundial, em 1996. A América Latina, neste período, foi a região do mundo em que estes investimentos mais cresceram, em termos relativos, ficando atrás apenas da Ásia, quando se considera os números absolutos. O Brasil foi o país que mais se destacou, com larga vantagem, na atração de recursos estrangeiros, passando de 989 milhões de dólares em IED, para mais de 45 bilhões de dólares, em 2008 (OSÓRIO, 2012).

De acordo com Freitas e Prates (2001) a abertura financeira da economia brasileira na década de 1990 liberalizou de forma significativa os movimentos de capitais entre o país e o exterior, a partir da redução das barreiras aos investimentos estrangeiros no mercado financeiro e a viabilização do acesso aos residentes às novas modalidades de financiamento externo. O processo de abertura fundamentou-



se em dois pontos principais: a flexibilização da entrada de investidores estrangeiros no mercado financeiro brasileiro e a adequação do marco regulatório doméstico ao modelo contemporâneo de financiamento internacional.

Em contrapartida, as atividades orientadas em especial, para o reduzido e concentrado mercado interno ficam a cargo, em grande parte, dos capitais privados locais que comandam o comércio e as telecomunicações, com exceção da produção e distribuição de energia elétrica, ainda majoritariamente estatal. A soberania nacional, que sempre foi desigualmente distribuída no sistema mundial capitalista, debilita-se ainda mais nos países dependentes, em tempos de cadeias produtivas globais e mundialização do capital (OSÓRIO, 2012).

Em relação ao papel do grande capital tanto nacional quanto estrangeiro, este último constitui um dos protagonistas da nova reestruturação da economia dependente a partir de 1980 e na década de 1990 percebe-se um crescimento do IED na América Latina, sobretudo, com o avanço das políticas neoliberais e a venda de ativos públicos por muitos governos da região que contribuíram sobremaneira para o aumento dos IED (OSÓRIO, 2012; MARINI, 2012; FILGUEIRAS, 2018).

De acordo com Carneiro (2007) no que concerna a América Latina os dados demonstraram uma ampliação significativa das exportações de manufaturas durante os anos de 1990, apesar do baixo crescimento da produção industrial. Portanto, para a totalidade dos países sul-americanos, incluindo a Argentina e o Brasil, observou-se um processo de declínio do peso do valor adicionado industrial no PIB e uma estagnação da participação de manufaturados nas exportações.

É possível verificar que as principais pautas de exportações se concentram nos setores primário e manufatureiro, com predomínio do grande capital estrangeiro e da atuação de grandes empresas estatais. Ademais, a América Latina continua sendo a grande fornecedora de matérias-primas e gêneros alimentícios no mercado internacional, mas também produtos agrícolas, petróleo, minerais e mercadorias oriundas das atividades de montagem, como automóveis e eletroeletrônicos.

Segundo Gomes Júnior e Arauto (2016) as grandes empresas transnacionais do setor agrícola comandam a comercialização e a distribuição da produção, além de fornecer o pacote tecnológico que viabiliza a produção. Portanto, as empresas delimitam as áreas de produção nas economias com dotação de terras para controlar a circulação e as vendas dos pacotes tecnológicos a utilizar na produção. Essa expansão das exportações na América Latina esteve alicerçada, em

grande medida, na crescente demanda mundial pelos valores de uso produzidos na região, a partir do crescimento econômico de mercados emergentes, em especial da China (GOMES JÚNIOR; ARAUTO, 2016).

Xavier (2017) alude que:

“Ao passo que, a periferia do capitalismo global se tornava, no pós-segunda Guerra, destino para os investimentos em setores como siderurgia, alterando a lógica da dependência, se aprofundava o caráter primário de participação das economias periféricas” (XAVIER, 2017, p.152).

Portanto, percebe-se que o agronegócio consiste em um dos elementos centrais de reprodução da dependência das economias centrais sobre as economias dependentes.

O relatório da UNCTAD (2016) classificou como economias dependentes as economias nas quais os países dependentes possuem 60% ou mais de produtos primários como produtos principais da sua pauta de exportações (UNCTAD, 2016). Os dados de 2012/2013 divulgados pelo relatório apontavam a lista de países com dependência de exportação de *commodities* e dentre eles, os países como Argentina, Brasil, Cuba e Paraguai apresentavam um percentual de exportações de *Commodities* em torno de 67%, 65%, 74% e 91%, respectivamente (UNCTAD, 2016).

3 CONCLUSÃO

O objetivo do trabalho foi artigo é analisar os reflexos do padrão de reprodução do capital e da especialização produtiva no contexto de uma economia caracterizada como globalizada e periférica, na qual situa-se a economia brasileira, bem como as repercussões para a agricultura.

A reflexão sobre o padrão de reprodução capitalista no Brasil demonstrou que este se deu por meio do processo de transição do padrão agromineiro exportador, da formação dos Complexos Agroindustriais, advindos dos esforços da política de substituição das importações, que possibilitaram o estabelecimento de um padrão industrial do capitalismo brasileiro, com a formação de uma estrutura industrial, a importação de tecnologia, de tratores, de fertilizantes aliados à manutenção dos latifúndios através do que se chamou de modernização conservadora.

Na América Latina, a concentração fundiária derivada da manutenção de grandes extensões de terra e apropriada pelos latifúndios também é combinada com

PROMOÇÃO

APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

a exploração do trabalho e do excedente da produção dos pequenos produtores. As formas de subordinação do trabalho dos pequenos agricultores são variadas e podem ocorrer através de contratos de fornecimento com empresas do agronegócio, que demandam um produto específico. A possibilidade da exploração das terras na forma de arrendamento propiciou a utilização cada vez mais crescente da utilização do capital para investimentos nas propriedades.

O padrão atual de reprodução do capital, portanto, aprofunda a subordinação da América Latina ao mercado mundial e estabelece exportações como eixo dinâmico econômico, capitaneado pelo grande capital transnacional, acrescido de reduzido e excludente, mas poderoso, mercado interno de consumo, que reescreve, em novas bases, as velhas estruturas de dependência, como modalidade particular do capitalismo latino-americano, conforme já proposto por Marini (2012).

A exportação de matéria prima não é um fato novo na América Latina, porém se intensificou nos últimos anos do século XX, num contexto de mudança de modelo de acumulação e com nova roupagem a partir da ampliação e expansão de megaprojetos que tendem ao controle, a extração e a exportação de bens naturais com baixo valor agregado e alto custo ambiental local. Essas transformações explicam o avanço acelerado da produção de *commodities* agrícolas na América Latina, nos países periféricos nos últimos dezessete anos. Esta dinâmica aponta para a consolidação de empreendimentos em grande escala, com tendência a monopolização e escassez da diversificação econômica e sua lógica de ocupação de territórios atuando de forma destrutiva.

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica.** Rev. econ. contemp. 12 (2) • Ago 2008.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO -CONAB. **Corredores de escoamento da produção agrícola:** corredor da BR 163. Brasília: CONAB, 2007. p.285

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO -CONAB. **Dados Informativos.** Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CORAZZA, Gentil; MARTINELLI JR, Orlando. Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. **Teoria e evidência econômica**, Passo Fundo, v.10, n.19, nov.2002.

FAO/STAT. Disponível em: <http://faostat.fao.org/faostat>. Acesso em: 22 mai. 2019.

GOMES JÚNIOR, Evaldo. Considerações sobre a apropriação de renda da terra agrícola nas economias dependentes: apontamentos para o Brasil. In: JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA,9 ; COLÓQUIO DE LASEPLA, 11 Córdoba, Argentina, 2016. **Anais...** Córdoba, Argentina, 2016. v. 1, p.13,

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.196 p.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. Editora Era, México, 1990, 10a edição (la edição, 1973). O postscriptum conforme: **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais**, Flacso, (Santiago de Chile), nº 5, junho 1973.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2015. 653 p.

ODUM, Eugene. **Fundamentals of ecology**. Philadelphia: W. B. Saunders, 1953.624 p.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**; contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. 144 p.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**; contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.144 p.

SISCOMEX . Sistema de Comércio Exterior. Disponível em: <http://siscomex.gov.br> Acesso em: 25 mai. 2020.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD .Printed at United Nations, Geneva – 1722955 (E) – August 2016 – 1,612 – UNCTAD/DOM/2016. <http://unctad.org>. Acesso em 22 de agosto de 2020.

XAVIER, Glauber Lopes. **Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro**. Argumentum., Vitória, v. 9, n. 2, p. 147-160, maio/ago. 2017.

PROMOÇÃO



APOIO

